



Termômetro de sustentabilidade

Evolução da produtividade do trabalho influenciará na qualidade da recuperação do PIB

Solange Monteiro, de São Paulo

Apesar de a atividade econômica brasileira fechar 2019 acima do que vários prognósticos de mercado indicavam no primeiro semestre, a produtividade do trabalho nesse período não acompanhou essa reação, e deverá fechar o ano no terreno negativo. A estimativa dos pesquisadores do Observatório da Produtividade do FGV IBRE Silvia Matos, Fernando Veloso e Paulo Peruchetti é de que esta recue 0,7%, depois de registrar resultados positivos em 2018 (0,1%) e 2017 (1,2%).

Para bons entendedores, o descompasso entre a evolução da produtividade e a do PIB é preocu-

pante, pois demonstra que a recuperação do crescimento brasileiro ainda não está acontecendo sobre alicerces robustos. “Registramos um crescimento do PIB em torno de 1% nos últimos três anos (incluindo 2019). Se essa retomada, ainda que lenta, fosse forte, a produtividade também estaria avançando”, lembra Veloso. Um quadro virtuoso acontece, por exemplo, quando empresas aproveitam o ciclo de baixa demanda para reorganizar processos, e no momento de recuperação investem dentro de uma dinâmica produtiva eficiente, com contratação de pessoal qualificado. O que predominou na atividade

brasileira em 2019 vista a partir do mercado de trabalho, entretanto, foi diferente: uma recomposição concentrada no setor informal, onde via de regra estão empresas menos produtivas, tecnologicamente atrasadas, com baixo acesso a crédito e demanda por trabalhadores de baixa qualificação. “Não há uma mudança fundamental na estrutura, e por isso ainda não é um resultado que se dê para comemorar”, diz Veloso.

No I Seminário Produtividade e Reformas, promovido em dezembro pelo FGV IBRE em parceria com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Silvia demonstrou o tamanho

do desafio nos diferentes setores, a partir do Indicador Trimestral de Produtividade do Trabalho do FGV IBRE. No terceiro trimestre de 2019, o indicador havia registrado um recuo de 0,7%, no agregado, em relação ao mesmo período de 2018. Observada por setor, a produtividade por hora trabalhada na indústria de transformação, que havia registrado um tímido aumento de 0,2% no segundo tri, passou para queda de 2,3%. A construção confirmou a trajetória de recuperação passando de um aumento de 1,7% no segundo tri para 3,7%. Já o setor de serviços passou de uma variação de -1,9% no segundo tri para -1,3% no terceiro. A abertura desse setor mostra um resultado positivo do comércio (crescimento de 1,7%), mas um desempenho alarmante em transporte (-6,8%, quarto trimestre consecutivo de queda) e outros serviços (-2,7%). “Neste último caso, é um segmento que já acumula 22 trimestres de queda de produtividade, o que é claramente preocupante”, diz.

Para 2020, Veloso ressalta que uma melhora na produtividade dependerá especialmente da evolução do mercado de trabalho e da formalidade. “Na margem, deve haver alguma recuperação, mas não forte. A simples geração de trabalho e de aumento de PIB, como vemos, nem sempre significa aumento de produtividade”, reforça.

Fator reformas

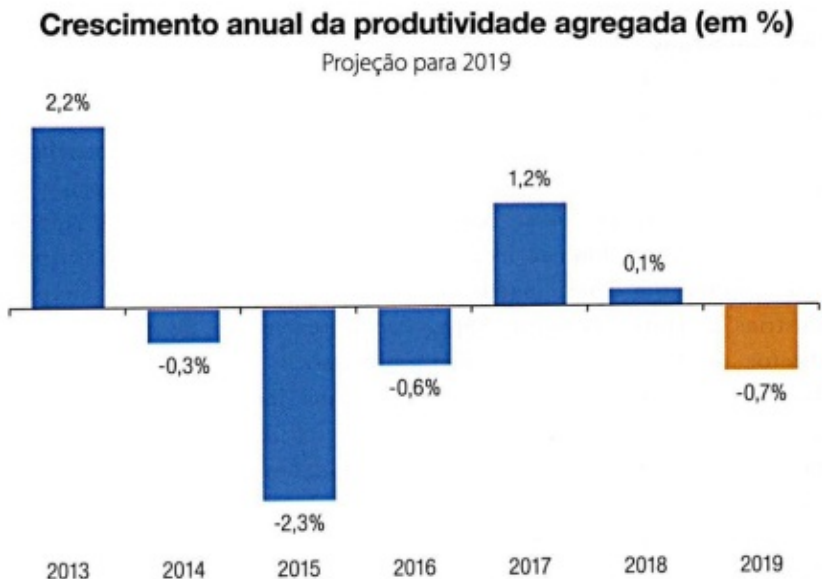
Pedro Cavalcanti, diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento e professor da FGV EPGE, lembra que o otimismo com o avanço na

O PIB cresceu em torno de 1% nos últimos três anos. Se essa retomada, ainda que lenta, fosse forte, a produtividade também estaria avançando

Fernando Veloso – FGV IBRE

agenda de reformas estruturais também pode alentar uma melhora da produtividade, especialmente no médio/longo prazo. “E não está claro para mim que o compasso de espera em relação a algumas reformas significa que ficaremos parados. Hoje vivemos uma tendência

muito positiva”, diz, destacando que o cenário de juros baixos alimenta um ambiente estimulante entre investidores. Outro elemento destacado como positivo é o mercado de crédito, com o aumento de instrumentos de incentivo à concorrência no sistema financeiro – entre eles, o aprimoramento do cadastro positivo e o avanço do *open banking*, lembrados por Veloso, e a redução do crédito subsidiado, citada por Cavalcanti. “Junto a Renato Fragelli (FGV EPGE), temos ressaltado a transformação que já se observa no mercado de capitais. Vimos muitos críticos à substituição da TJLP pela TLP (taxa de referência nos contratos de financiamento do BNDES), alegando que o Brasil não tem mercado de crédito de longo prazo. Mas este nunca iria se desenvolver no setor privado enquanto havia R\$ 450 bilhões do Tesouro para crédito subsidiado pelo BNDES. Agora há um



Fonte: Elaboração FGV IBRE com dados da Pnad Contínua e Contas Nacionais Trimestrais.

movimento muito mais saudável”, diz Cavalcanti.

No debate em torno do impacto da agenda de reformas no aumento da produtividade, moderado no seminário pela jornalista do *Estado de S. Paulo* Adriana Fernandes, destacaram-se as defesas da reforma tributária e da abertura comercial. No evento, Cavalcanti citou medidas como regras de conteúdo nacional e tarifa de importação altas como altamente daninhas à produtividade do país. “São elementos que não só encarecem a produção como reduzem seu potencial de vendas, pois obrigam o país a se especializar em áreas nas quais não tem *expertise* – vide a experiência da indústria naval”, afirma. Veloso ainda lembrou que indústrias protegidas são menos incentivadas a investir na fronteira do conhecimento, e altas tarifas inibem importações que poderiam colaborar para a absorção de novas tecnologias e para a produtividade de setores que teriam mais acesso a máquinas, equipamentos e serviços mais modernos.

“Hoje a média mundial em tarifas de importação não chega aos 4% – apesar de ter uma grande variância – enquanto nossas tarifas médias são de 14%. Temos que reduzi-las e eliminar incentivos e proteção a determinadas indústrias”, reforça Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), berço da proposta de reforma tributária que tramita na Câmara (PEC 45/2019). No evento, Appy expôs a série de distorções do atual sistema tributário brasileiro e seu impacto sobre a produtividade, detalhados em en-

É bastante preocupante
o desempenho da
produtividade nos setores
de transportes e outros
serviços, que têm acumulado
quedas sucessivas

Silvia Matos – FGV IBRE

trevista da edição de dezembro da revista *Conjuntura Econômica*. “A regra de bolso básica é ter uma estrutura tributária neutra. Significa que valor adicionado deveria ser tributado por igual a todos, e a folha de salários deveria ter uma carga de impostos compatível com o benefício gerado”, afirma, indicando que no Brasil, entretanto, tem-se o caminho oposto. “O sistema tributário faz a economia se organizar de forma ineficiente. Opta-se por aceitar um aumento do custo econômico para se ter um benefício tributário, o que significa perda de produtividade na veia”, diz Appy.

Nessa lista de eficiências, Appy citou a Zona Franca e o Simples como exemplos de instrumentos distorcivos, por incentivar que negócios ineficientes sobrevivam. “No caso das pequenas empresas, dificuldades como de acesso a capital a um custo razoável ainda é um problema no Brasil. Mas ter um regime diferenciado em função de problemas como esse é dificultar o

crescimento das empresas eficientes”, afirmou. Para Veloso, a forma correta de apoiar os pequenos negócios seria focando uma agenda de crédito mais do que a tributária. “O Banco Central começou a entrar nessa seara, por exemplo, com a intenção de montar uma central de recebíveis, que são a garantia que uma pequena empresa tem para obter crédito”, cita.

No evento, Appy ainda ressaltou a importância do avanço da agenda de produtividade dentro do setor público. O economista considera a reforma administrativa importante, e avalia pouco factível a proposta do governo de eliminação dos municípios com menos de 5 mil habitantes cuja arrecadação própria seja inferior a 10% da receita total, que consta da PEC do Pacto Federativo. Em seu lugar, Appy indica algumas iniciativas que poderiam ser incentivadas para a contenção de gastos incompatíveis com a capacidade arrecadatória em municípios pequenos. “Limitar o gasto do município com o legislativo e o incentivo a consórcios de municípios – como já acontece para serviços de saneamento, saúde e até educação (ver pág. 39) – é um exemplo”, afirma. Em um balanço geral, entretanto, soma-se a Cavalcanti quanto à percepção positiva para mudanças que impulsionem a produtividade brasileira. “Hoje há mais clareza do que precisa ser feito, seja pela academia, seja pelos formuladores de política pública. Além disso, temos um Congresso reformista – basta ver os textos finais da reforma da Previdência e trabalhista – e em 2020 podemos sair com uma boa reforma tributária também”, conclui. ■